

ATA

5ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho 24 de março de 2009

Local: Ministério da Previdência Social, sala 902 – Brasília/DF

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Domingos Lino - MPS
- Remígio Todeschini - MPS
- José Damásio de Aquino - Fundacentro
- Junia Maria de Almeida Barreto - MTE
- Maria Christina Félix - Fundacentro
- Viviane de Jesus Forte - MTE

Empregadores

- Adriana Giuntini Viana - CNT
- Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
- Geraldo A. B. Vianna - CNT

- Luciana Cardoso de Carvalho - CNA
- Luís Sérgio Soares Mamari - CNC
- Magnus Ribas Apostólico - CNF

Trabalhadores

- Armando Henrique - FSindical
- Dary Beck Filho - CUT
- Jorge Alves de Almeida Venâncio - CGTB
- José Alves Couto Filho (Toré) - NCST
- Luís Antônio Festino - NCST

Convidados

- Victor Alexander Contarato Burns - BNDES

ATA

1 Remigio Todeschini, Coordenador da Comissão, iniciou a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de
2 Saúde e Segurança no Trabalho – CT-SST solicitando aos membros que assinassem a ata da 4ª reunião
3 que fora aprovada. Passou a palavra a Geraldo A. B. Vianna, da CNT, para que apresentasse os
4 palestrantes da CNT que falaram sobre a cultura de prevenção que é implantada na área de transporte
5 rodoviário de cargas. Cláudia Chagas Moreno, do SEST/SENAT, foi a primeira palestrante: apresentou
6 vídeo da instituição e falou das ações desenvolvidas para a melhoria da saúde e segurança do trabalhador
7 do setor de transporte (atendimento médico, educação, esporte, lazer, cultura, qualificação profissional,
8 projetos de pesquisa e inovação tecnológica, campanhas e oficinas). O segundo palestrante, Bruno Batista
9 de Barros Martins da CNT, falou dos principais fatores que geram acidentes nas rodovias: infraestrutura
10 (comparação da matriz do transporte brasileiro com a de outros países; oferta de infraestrutura de
11 transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário; condições das rodovias de gestão pública e concessionada;
12 baixo investimento do governo na área de transporte; plano/proposta de logística da CNT); veículos
13 (caracterização da frota de caminhões; idade da frota e propriedade dos veículos; plano de renovação da
14 frota de caminhões com vantagens sociais, econômicas e ambientais); fator humano (expôs as ações
15 desenvolvidas com o apoio do SEST/SENAT). Nas considerações finais, Bruno disse que para que um
16 plano de renovação de frota seja efetivo ele necessita ser traçado com a interação de parceiros públicos e
17 privados e ser integrado às políticas públicas nacionais. Remigio elogiou as exposições e sugeriu que se
18 desse continuidade aos temas dentro do Grupo de Trabalho Setorial – Transporte Rodoviário de Cargas,
19 da Comissão. Jorge Alves de Almeida Venâncio, da CGTB, pediu espaço na pauta para que os membros
20 pudessem discutir as apresentações. José Alves Couto Filho (Toré), da NCST, pediu direito de resposta na
21 próxima reunião da Comissão por não concordar com algumas questões apresentadas sobre os principais
22 fatores que geram acidentes nas rodovias. Remigio sugeriu inversão de pauta e todos concordaram que o
23 GTS – Transporte Rodoviário de Cargas se apresentasse pela manhã e o GTS – Indústria da Construção
24 Civil, à tarde. Carlos Augusto Vaz de Souza, Coordenador do GTS – Transporte, falou das alterações
25 sugeridas pelos membros do GTS para o Plano de Ação: **1 – Fortalecimento do Diálogo:** estabelecer um
26 diálogo permanente entre empregadores e trabalhadores (Entidades Patronais e de Trabalhadores),
27 envolvendo o setor com a seguinte pauta de ações: a) Revitalizar a atuação das CIPAs e dos SESMT; b)
28 Ampliar o processo de negociação coletiva em SST; c) Reuniões com empresas estatais e privadas
29 envolvidas no PAC, agências reguladoras e ministérios (ver item f); d) Estabelecimento de metas de curto,
30 médio e longo prazo de redução de acidentes; e) Estimular a criação de Grupos de Trabalho Regionais
31 onde haja maior sinistralidade, mantendo interlocução permanente com as comissões existentes; f)
32 Articulação com as demais entidades governamentais e privadas que possam colaborar na implementação
33 do Plano de Ação. **2 - Regulamentação:** a) Aperfeiçoamento e ampliação da legislação, bem como
34 introdução de Recomendações Técnicas de Procedimentos (RTPs), a exemplo da proposta da

Fundacentro para a indústria da construção. Há necessidade de normas e procedimentos específicos para o setor transporte. **3 – Formação em SST:** Estabelecer processo de consulta tripartite sobre e implementar, com o envolvimento, entre outros atores, do SEST/SENAT e dos sindicatos de trabalhadores: a) Aperfeiçoar e/ou incluir conteúdo de SST na grade curricular dos cursos profissionalizantes, técnicos e superior relacionados ao setor (ex: cursos de formação e reciclagem previstos na Resolução nº 168/2004 do CONTRAN); b) Adequação dos conteúdos dos cursos de CIPA às especificidades do setor; c) Capacitar os micro e pequenos empreendedores do setor, envolvendo o SEBRAE; d) Estimular a implantação de cursos de qualificação para o setor no Plano Nacional de Qualificação - PNQ do MTE, com a incorporação de conceitos mínimos de SST; e) Capacitar dirigentes sindicais em SST. **4 - Fiscalização e Vigilância em Saúde do Trabalhador:** ação coordenada entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior sinistralidade. **5 – Campanhas:** a) Campanha na mídia dirigida para este fim (TV, rádio, jornais, revistas especializadas), além do envolvimento das entidades sindicais e de empregadores (cartazes, folhetos, etc.), envolvendo os ministérios e agências reguladoras e ocupação de espaços de utilidade pública em rádio e TV; b) Campanhas específicas direcionadas para estatais e empresas envolvidas no PAC; c) Utilização dos espaços públicos tanto nos Ministérios do Trabalho e Emprego (SRTEs), e rede do Sistema Público de Emprego, Ministério da Saúde (SUS – RENAST), Agências da Previdência Social, Fundacentro; d) 28 de abril – atividade das centrais sindicais na Câmara dos Deputados, em Brasília (setor transporte será um dos temas de discussão); discutir na próxima reunião da CT-SST a possibilidade de atividades integradas; e) 25 de junho – VI Seminário de Gestão de Segurança, Saúde e da Relação do Trabalho nas Empresas de Transporte de Cargas – São Paulo – organização: SETCESP e Federação dos Rodoviários e coordenação: SRTE – início do processo de organização em abril; f) Semana Internacional de Ação no Transporte Rodoviário – organização: ITF (Federação Internacional dos Trabalhadores no Transporte) – provavelmente em outubro – possibilidade de propor itens na programação. **6 – Estudos e Pesquisas:** a) Desenvolver e propor estudos e pesquisas relevantes voltadas para a redução de acidentes e melhoria das condições de trabalho no setor, discutidos de forma tripartite, além do aperfeiçoamento do NTEP; b) Desenvolvimento de programas junto a Fundacentro e outras instituições; c) Análise detalhada dos acidentes ocorridos no setor, priorizando os graves e fatais. **7 - Crédito especial:** linhas de crédito especiais e outras políticas de benefícios, com controle social, para incentivar a melhoria ambiental e de condições de trabalho nos setores econômicos envolvidos via FAT, BNDES e Bancos Oficiais. **8 - Banco de Dados:** aperfeiçoamento e integração das bases de dados relacionadas ao setor. Carlos também falou dos direcionamentos que serão dados a cada item do Plano. Jorge Venâncio considerou que as apresentações de Cláudia e Bruno deixaram uma lacuna sobre a educação dos empregadores em relação aprimoramento da saúde e segurança do trabalhador, pois, segundo ele e Toré, os trabalhadores sofrem grande pressão de suas empresas e/ou compradores para que não ocorram atrasos na entrega do produto, enfrentando jornadas de até 56 horas diretas (sem dormir) para cumprir os prazos; situação esta que consideram um dos fatores da causa de acidentes e doenças. Sugeriram também um estudo da Comissão para identificar os efeitos na saúde do trabalhador da falta de investimentos no setor de transporte de cargas. José Venâncio disse que faltou nas apresentações falar sobre os altos pedágios pagos nas rodovias concessionadas. Armando Henrique, da Força Sindical, sugeriu que a Comissão tenha acesso às informações de quanto o governo arrecada por ano com o DPVAT, e que parte desse valor pudesse ser utilizado para ações de educação no trânsito. Outra sugestão foi o cruzamento de dados dos índices de acidentes nas rodovias com a idade da frota de veículos que trafegam por elas. Toré sugeriu que a Comissão também trate de questões sobre acidentes e doenças envolvendo trabalhadores do transporte rodoviário coletivo, e chamou a atenção para a falta de terminais rodoviários de cargas, sendo os poucos existentes sem infraestrutura adequada para apoio ao trabalhador (alimentação, banheiros, dormitórios). Luís Antônio Festino, da NCST, e Dary Beck Filho, da CUT, criticaram os altos valores dos pedágios cobrados nas rodovias concessionadas e a engenharia dessas estradas; falaram sobre a proposta de redução da jornada de trabalho e qualificação profissional; e da importância de pesquisas para se identificar as principais causas de mortes e incapacidades nas rodovias. Ao responder aos questionamentos, Geraldo disse que o SEST/SENAT, por questão legal, não pode cuidar da educação dos trabalhadores e que para isto a CNT criou um instituto que ministra cursos e palestras para os jovens e trabalhadores; citou a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Cargas - TRC realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração, os mecanismos de sua operação e a responsabilidade do transportador; reconheceu que a deficiência da infraestrutura de transporte e a falta de investimentos prejudicam a segurança dos trabalhadores, e que os pedágios, muitas vezes caros, poderiam ser acompanhados de exoneração fiscal; sobre o DPVAT, ele disse que seria interessante a participação de representantes do Denatran nas reuniões da Comissão; sobre os índices de acidentes, disse que fazer a investigação de todos eles é inviável e que para isso existem as estatísticas da Polícia Rodoviária Federal, da curva ABC, entre outras. Remigio ressaltou que o que foi consensado sobre o Plano de Ação pelo GTS – TRC será disponibilizado na internet. Após o intervalo para o almoço, o palestrante convidado do BNDES, Victor Alexander Contarato Burns, falou primeiramente sobre a missão do Banco (promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e

regionais); evolução dos desembolsos (de R\$19,1bi, em 1997, para R\$92,2 bi, em 2008, sendo 75% deste valor para as grandes empresas); número de operações (204.041, em 2008); áreas de atuação (inovação, infraestrutura, capacidade produtiva, bens de capital, micros, pequenas e médias empresas, inserção internacional, desenvolvimento social e urbano, mercado de capitais e meio ambiente); como apóiam: operações diretas (contratadas diretamente com o BNDES) e indiretas (instituições financeiras credenciadas repassadoras de recursos do BNDES); o que apóiam: projetos de investimento, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, produção e comercialização para exportação e aquisição de bens de produção; quem pode tomar financiamento: administração pública (municipal, estadual e federal), pessoas físicas (produtor rural, transporte autônomo de cargas, transporte escolar e micro-empresendedor) e pessoas jurídicas (empresas em geral, empresários individuais e associações e fundações); requisitos mínimos (capacidade de pagamento, cadastro comercial satisfatório, em dia com as obrigações fiscais e previdenciárias, não estar em regime de recuperação de crédito, dispor de garantias para cobrir o risco da operação, cumprir as exigências da legislação ambiental). Remigio quis saber o que poderia ser desenvolvido junto ao BNDES como linha de crédito para área de SST em transporte e construção civil. Victor informou que só existem projetos/linhas de crédito novos quando é uma situação muito específica. No caso de compra de máquinas e equipamentos pode ser feito pelo Finame (financiamento de empreendimentos com o valor mínimo de R\$10 milhões) ou pelo Cartão BNDES (mais insumos e serviços) e projetos de investimentos e compra de caminhões, por exemplo, pelo BNDES Automático (projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização de até R\$10 milhões por empresa a cada 12 meses). Particularmente, Victor acredita que seja mais fácil negociar prazos e taxas junto ao BNDES do que criar uma nova linha de crédito. Remigio considerou que essa negociação pode ser associada à isenção fiscal. Junia Maria de Almeida Barreto, do MTE, perguntou se poderiam ser feitos pleitos específicos e coletivos junto ao BNDES para melhores condições de financiamento na renovação de frotas, máquinas e equipamentos, inclusive agrícolas. Victor explicou que se os pleitos demonstrarem que as condições de financiamento do BNDES não são suficientes, é possível. Junia disse que seria interessante se o BNDES não fizesse financiamento de máquinas e equipamentos que não cumprem com as normas legais e técnicas obrigatórias para a segurança e saúde do trabalhador. Victor afirmou que se pode pensar na criação de uma lista de produtos que não se encaixam às normas, a exemplo da lista que foi criada para proibir a concessão de financiamento para empresas que foram autuadas por trabalho escravo. Clovis Veloso de Queiroz Neto, da CNI, disse que a Comissão pode pensar quais os tipos de financiamentos que se encaixam nas políticas públicas que estão sendo estudadas, e que achava importante a participação do Victor em reuniões dos GTS. Remigio disse que fará convite ao BNDES para participar de discussões direcionadas nos GTS. Maria Christina Félix, Coordenadora do GTS – Indústria da Construção Civil, apresentou o Plano de Trabalho do Grupo: **1 - Fortalecimento do Diálogo Social:** a) Revitalizar a atuação da CIPA, SESMT e CPR; b) Estimular a criação de Grupos de Trabalho onde haja maior sinistralidade, obras de grande porte e complexidade; c) Estimular o processo de negociação coletiva em SST; d) Privilegiar, no âmbito da Comissão “GT PAC da Construção Civil”, questões de SST comprometendo os ministérios e empresas estatais no exercício do seu poder de contratante; e) Estabelecer metas de curto, médio e longo prazo de redução de acidentes; f) Articular com as demais entidades governamentais e privadas que possam colaborar na implementação do Plano de Ação. **2 – Regulamentação:** a) Aperfeiçoar a legislação de SST para o setor, bem como estimular a elaboração de Recomendações Técnicas de Procedimentos – RTP; b) Adequar para o setor os conteúdos dos cursos de CIPA; c) Capacitar os micro e pequenos empreendedores do setor; d) Aprimorar o conteúdo de SST nos cursos de qualificação do Plano Nacional de Qualificação - PNQ do MTE; e) Capacitar dirigentes sindicais em SST. **4 - Fiscalização e Vigilância em Saúde do Trabalhador:** PR, SC, TO, MG, RJ, SP, AL, BA, MA, PB, PI, DF e MT. **5 - Campanhas; 6 - Estudos e Pesquisas:** a) Estimular estudos e pesquisas voltadas para a redução de acidentes e melhoria das condições de trabalho no setor; b) Estimular estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do NTEP. **7 - Crédito especial:** FAT, BNDES e Bancos Oficiais. **8 - Banco de Dados.** I Informou que os membros se comprometeram a levar para a 3ª reunião as ações implementadas para definirem as prioridades. Apresentou vídeo do Ministério da Integração Nacional sobre o Projeto São Francisco e o andamento das obras nos Eixos Norte e Leste, em Pernambuco, iniciadas no último ano. Os itens dos dois GTS foram aprovados pela Comissão, restando definir as diretrizes prioritárias que servirão de metas a serem alcançadas. Sobre a **Minuta de Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho**, elaborada pelo Grupo de Trabalho instituída pela Portaria Interministerial nº 153, de 13 de fevereiro de 2004, prorrogada pela Portaria Interministerial nº 1009, de 17 de setembro de 2004, para consulta pública, Junia solicitou que as sugestões de mudanças fossem encaminhadas à Coordenação da Comissão até 30 de abril. Domingos Lino, do MPS, solicitou que as contribuições fossem encaminhadas de forma sistematizada por bancada. A bancada dos empregadores solicitou um tempo maior e Remigio pediu, então, que as contribuições fossem encaminhadas até o dia 15 de maio, pois na próxima reunião (26/05) farão discussões consubstanciais sobre o tema. Ficou definido que a reunião de maio acontecerá em Brasília/DF e a de julho em São Paulo/SP. Clovis informou que Luciana estará de licença maternidade a partir do próximo mês e que está foi sua última reunião com a CT-SST. Nada mais.